



ACÓRDÃO Nº 709/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11476/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Afonso Aoki Fonseca (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2447/2018-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Urucará, exercício de 2015, sob a responsabilidade do Sr. Afonso Aoki Fonseca, na condição de Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, III, “b” e “c” da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c” da Resolução 04/2002-TCE/AM, pelo cometimento das irregularidades de sua responsabilidade apontada no corpo deste Relatório;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o Sr. Afonso Aoki Fonseca no valor de 11.200,00 em razão da irregularidade encontrada no Contrato nº 01/2015 (Restrição 10), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Urucará, relativo as glosas individualizadas da seguinte forma:
 - "a" - R\$ 3.300,00 (aquisição de autopeças);
 - "d" - R\$ 3.500,00 (aquisição de autopeças);
 - "e" - R\$ 3.000,00 (recuperação e manutenção em geral de veículo);
 - "f" - R\$ 1.400,00 (serviço de manutenção e recuperação de veículo).



ACÓRDÃO Nº709/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. Afonso Aoki Fonseca no valor de R\$ 4.384,12, em razão das irregularidades não sanadas nos contratos celebrados (restrição 10), constantes no Relatório de Inspeção nº 110/2016-CI/DICAMI, nos termos do art. 308, V da Resolução nº 04/2002, valor atualizado pela Resolução nº 25 de 30/08/2012, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Aplicar Multa** ao Sr. Afonso Aoki Fonseca no valor de R\$ 1.096,03, em razão do atraso no envio de informações via portal E-Contas (restrição 1), nos termos do art. 308, II da Resolução nº 04/2002, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Recomendar** ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – Saae que:

- Cumpra o prazo de remessa dos informes periódicos via Portal e - Contas a este Tribunal, conforme estabelece o art. 3º da Resolução TCE nº 13/2015, assim como as Decisões Administrativas do Egrégio Tribunal Pleno desta Corte de Contas quanto ao prazo de remessa dos referidos demonstrativos financeiros e contábeis, que por ventura acontecerem (item - 1 da notificação);
- Adote procedimentos para o efetivo cumprimento dos ditames estabelecidos no art. 48, parágrafo único, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, bem como o inciso VI do § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527/2011, que regula o



ACÓRDÃO Nº709/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Acesso à Informação prevista no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal (item - 3 da notificação);

c) Observe o que determina o art. 94 da Lei nº 4.320/64, relativo aos bens de caráter permanente da referida Autarquia, com o devido número de tomo, número da nota fiscal, data da aquisição, valor, identificação, localização e responsáveis pela guarda e administração, de preferência de forma eletrônica (item - 4 da notificação);

d) Faça constar nos Processos Administrativos de despesas com Compras e Prestações de Serviços realizadas em exercícios futuros pela Autarquia Municipal a solicitação inicial indicando o destino e objeto do material a ser adquirido e do serviço a ser prestado, seguida dos demais documentos relativos aos procedimentos administrativos, com objetivo descentralizar e dar mais transparência a despesa pública (item - 5 da notificação);

e) Informe nas notas de empenhos emitidas pela entidade o processo licitatório, dispensa ou inexigibilidade e os contratos derivados destes, exceto os de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, em observância ao exposto no art. 62, §§ 2º e 4º da Lei nº 8666/93, exigência essa que tem por objeto facilitar o trabalho do controle interno e, principalmente, dos órgãos de controle externo (item - 6 da notificação);

f) Implante mecanismos para que se cumpra o exposto no art. 100 da Lei nº 4.320/64, no Manual de Contabilidade Pública do Setor Público (MCASP), na Norma Brasileira de Contabilidade “NBT T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão” e aos Princípios Contábeis da Prudência e da Oportunidade, quanto à contabilização da depreciação, amortização e exaustão dos bens móveis e imóveis escriturados no Balanço Patrimonial do exercício de 2015 (item - 7 da notificação);

g) Evite que as Guia de Recolhimento do INSS (GPS) sejam recolhidas fora do prazo e como via de consequência o pagamento de juros e multas configurando a ausência de controle de consignações, infringindo assim o prazo de pagamento estabelecido no art. 216, inciso I, alínea “b”, do Decreto n. 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social) c/c o art. 12, inciso I, e art. 9, inciso I, alínea “m” da mesma norma (item - 8 da notificação).

10.6. Determinar à Comissão de inspeção vindoura que:

a) Verifique se foi efetivada a cobrança administrativa para a recuperação do crédito do valor R\$ 322.959,04, proveniente da inscrição de Dívida Ativa Não Tributária dos usuários beneficiados com fornecimento de Água Potável da zona rural e urbana do município, conforme registrado nos Créditos a Longo Prazo do Ativo Não Circulante



ACÓRDÃO Nº709/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do Balanço Patrimonial do exercício de 2015 - Anexo14, tendo em vista, que Autarquia, iniciou os procedimentos de cobrança amigável com objetivo de regularizar tal pendência, conforme defesa apresentada para este item da notificação;

b) Verifique o cumprimento das determinações sugeridas na análise dos itens 3, 4 e 7 do Relatório de Inspeção nº 110/2016-C/DICAMI no exercício de 2016.

10.7. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Outubro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral